



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

para os Assuntos Jurídicos

Em

17/10/23

Conselho de Maria Lages Rorato
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Marcelle Lima
Secretaria Legislativa - CCI

Ao Deputado Francisco

Leimma
para relatar.

Em 18/10/23

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça



GABINETE DO DEPUTADO FRANCISCO LIMMA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO GOVERNO Nº 11

MENSAGEM 144/GG

PROCESSO (PROTOCOLO) AL Nº 33476/2023

RELATOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO GOVERNO Nº 11, MENSAGEM 144/GG, DE AUTORIA DO GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, QUE ALTERA AS LEIS Nº 4.257, Nº 4.261, Nº 6.146, Nº 7.157 E A LEI COMPLEMENTAR Nº 62.

I-RELATÓRIO e VOTO

O Governador do Estado do Piauí, encaminhou a esta Casa Legislativa *Projeto de Lei Complementar do Governo nº 11 de 25 de outubro de 2023, através da Mensagem 144*, altera as **Leis 4.257, 4.261, 6.146, Lei nº 7.157, e a Lei Complementar nº 62**,

Na exposição de motivos do projeto o Excelentíssimo Senhor Governador objetiva promover alterações na cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS", no Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de quaisquer Bens ou Direitos, sobre a concessão de diferimento e de crédito presumido do ICMS para estabelecimentos industriais, agroindustriais e geradores de energia eólica e solar e cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí - FUNDIPI, Implementa disposições nos termos da Lei Complementar



GABINETE DO DEPUTADO FRANCISCO LIMMA

Federal nº 160, Recuperação de Créditos Tributários, e sobre a reestruturação dos Grupos Tributação, Arrecadação e Fiscalização – TAF, no intuito de manter atualizada a legislação estadual, corrigindo omissões verificadas nos referidos diplomas legais.

No procedimento prévio de controle de constitucionalidade estruturado no âmbito da produção legislativa estadual, de um modo geral, aprecia-se a legalidade e constitucionalidade do projeto de lei sobre três perspectivas elementares:

- I - a matéria legislativa proposta deve se encontrar entre aquelas autorizadas pela CF/88 aos Estados;
- II- se foi respeitada a rígida observância das preferências quanto à iniciativa para proposição prevista pela ordem jurídico-constitucional;
- III- a possibilidade de violação por parte da matéria legislativa proposta à direitos fundamentais ou instituições tuteladas por regras ou princípios constitucionais.

Cabe a esta comissão, nos termos do art. 134, do Regimento Interno desta Casa analisar a matéria quanto aos seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

O presente projeto tem por finalidade a adequação, atualização da legislação estadual, bem assim corrigindo omissões encontradas na legislação vigente.

No que toca as disposições regimentais, observa-se que o projeto de lei cumpre os ditames dos artigos 96, I, 105, III e 106 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, observado em todos os seus termos.

Ante o exposto, entendendo que não há impedimento quanto à sua legalidade, juridicidade e técnica legislativa, minha manifestação é **favorável a Constitucionalidade** do referido projeto.

II – DO PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera;

() Pelo **acatamento do voto do relator** () Pela **rejeição do voto do relator**,



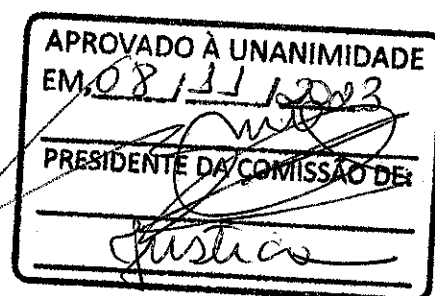
GABINETE DO DEPUTADO FRANCISCO LIMMA

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Teresina, 8 de Novembro de 2023.

Dep. Francisco Limma/PT

Relator



Comissão de Finanças.
O Relator Dep. Fausto novo acata o Pare-
Ar da Comissão de Justiça